

Atraso da renegociação cria risco

26 MAI 1985

MARIA CECÍLIA TEIXEIRA

DINHEIRO NOVO

Ainda tem
ção câmbio/inflação —, que no momento favorecem o setor exportador, uma vez que a política de antecipação de vendas de uma série de produtos agrícolas e a desvalorização do dólar contribuíram para o aumento das exportações no período de abril a junho próximo.

Dentre tais produtos, o destaque fica por conta do café, já que o Brasil vendeu 60% de sua cota exportável só no mês de abril. Por outro lado, a mudança no cálculo da correção monetária fez com que a correção cambial ficasse muito acima da inflação, beneficiando as exportações. Como se espera que a inflação aumente outra vez dentro de dois ou três meses, o câmbio ficará abaixo da inflação e novamente a Nação se verá em dificuldades no que tange às vendas para o Exterior.

PERSPECTIVAS

Ao que tudo indica, a tendência maior é de o governo brasileiro vir a ceder ante as pressões dos credores, abrindo mão, pelo menos, dos pontos mais importantes e difíceis de serem conquistados. Se isso vier a ocorrer, o País terá de aceitar uma renegociação extremamente desfavorável, que certamente deverá cercear o desenvolvimento econômico a nível interno. Se os credores — tanto FMI quanto bancos internacionais — se mantiverem inflexíveis, teremos um impasse político, cujo desfecho dependerá muito da determinação, por parte do governo brasileiro, de manter suas posições. Nesse caso, as autoridades poderão, até mesmo, articular-se com outros devedores — em especial com a Argentina — e partir para uma renegociação política dos débitos internacionais. Mas essa é uma hipótese mais remota.

O governo está tentando, ainda, fazer com que os banqueiros internacionais se comprometam a conceder novos empréstimos ao País, caso os mesmos se façam necessários. Certamente, esse é um dos focos de maior resistência por parte dos credores, uma vez que o modelo por eles concebido veta a concessão de novos financiamentos pelo período em que se estender o acordo. Isso já foi aplicado ao México e a outros grandes devedores, e a abertura de um precedente deverá ser cuidadosamente evitada pelos bancos estrangeiros.

Na verdade a questão relativa ao **new money** tem importância vital para o País, na medida em que confere maiores possibilidades de o governo traçar uma política econômica mais voltada para o crescimento interno e não para o simples pagamento dos juros da dívida. Como lembra o economista Plínio Sampaio Júnior, as previsões de que teremos este ano um superávit na balança comercial de US\$ 11,5 bilhões são bastante otimistas, se alicerçadas no desempenho das exportações durante o primeiro quadrimestre do ano.

De acordo com o economista do Cebap, as exportações nacionais — que apresentaram bom desempenho em abril — deverão continuar bem até a metade do ano. A partir do segundo semestre, no entanto, deverão piorar novamente, em função de inúmeros fatores. Dentre eles, os de cunho estrutural, como a valorização do dólar, a desaceleração da economia norte-americana e a deterioração da relação câmbio/salários, “que certamente dificultam as exportações”. Há, além desses, os fatores circunstanciais — como a comercialização de produtos agrícolas e a rela-

O Brasil está atravessando uma situação atípica, perigosa e delicada no front de renegociação da dívida externa. Atípica, na medida em que os novos acordos só serão concluídos no segundo semestre, quando tradicionalmente são fechados no final do ano. Perigosa, porque, durante esse hiato de tempo, não entram novos recursos no País, o que obriga o governo a consumir reservas internacionais — fato que torna a posição brasileira mais vulnerável nas negociações. Delicada, em função dos obstáculos para o fechamento do acordo com o FMI, em face das condições novas que o governo está tentando obter e, vale ressaltar, existe o risco de o Fundo não aceitar um acordo nos termos pretendidos pelo governo da Nova República.

Por outro lado, o Brasil está pleiteando junto aos bancos credores uma série de condições, que dificilmente serão por eles aceitas. Inicialmente, que os banqueiros não incluam nas cláusulas do acordo a supervisão sistemática do FMI sobre as contas brasileiras, enquanto vigir a fase III, ou seja, até o final do século. Além disso, o denominado “modelo mexicano” prevê o pagamento de partes crescentes da amortização do principal, já a partir do primeiro ano de sua vigência. Assim, este ano o País teria de pagar US\$ 300 milhões e, até 1991, atingiria US\$ 9 bilhões, sem prazo de carência. A princípio, não interessa muito aos banqueiros estrangeiros o montante do principal a ser pago, mas esta é uma questão de honra para eles: que o País comece a pagar alguma coisa, mesmo que irrisória diante do volume da dívida.